

## Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

### Audição do Dr. José Guilherme Reis Leite

*Angra do Heroísmo, 04 de maio de 2017*

**Presidente:** Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 26 minutos.*

Sr. Doutor Reis Leite, muito obrigado desde já. É um prazer voltar a tê-lo nesta Casa e sobretudo também é um prazer ouvi-lo sobre a sua experiência e o seu pensamento sobre estas questões.

Necessariamente também esta Comissão tem um objeto propositadamente bastante genérico, na medida em que esta será com certeza também uma das nossas obrigações, na sequência destas audições e das cartas de princípio que os partidos, os Grupos e Representações Parlamentares entregarão, exatamente delimitá-lo e estabelecer prioridades.

Eu propunha ao Sr. Doutor Reis Leite a seguinte metodologia:

Faria uma breve exposição dizendo o que se lhe oferecer sobre este tema, e depois faremos um pequeno debate.

Mais uma vez muito obrigado. Tem a palavra então, Sr. Doutor.

**(<sup>o</sup>) Dr. José Guilherme Reis Leite:** Muito obrigado eu.

É um grande gosto estar aqui com os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas (agora temos estes femininos). Deputado antigamente abrangia todos, agora não é bem assim.

**Deputada Susana Costa (PS):** São dados protocolares!

**O Orador:** As “presidentas” e os presidentes, as deputadas e os deputados e os portugueses e as portuguesas. Somos portugueses e portuguesas!

Bom, mas tenho muito gosto em aqui estar. É sempre um prazer poder conversar e trocar ideias com todos. Vou então seguir aqui a metodologia proposta pelo nosso Presidente.

Queria ser realmente sucinto, o que não é uma coisa muito fácil para um ex-deputado, como os senhores sabem, e esta matéria é muito abrangente e muito atraente.

Eu estive a pensar no que é que seria essencial para poder abrir um debate depois sobre vários temas.

Lendo aquilo que se pretende com esta Comissão, como diz aqui o nosso Presidente, e tem razão, ela é tão vasta e tão abrangente que cabe tudo.

Verdadeiramente fiquei com a ideia, por aquilo que tenho ouvido nos debates na própria Assembleia, pelo discurso político comum hoje em dia, de que há a sensação de que se vive um tempo um pouco tempestuoso para esta questão

da Autonomia, Autonomia política dos Açores, principalmente Autonomia política dos Açores.

É verdade que os Açores nos anos que correm, neste novo milénio, são completamente diferentes do que eram os Açores no início da Autonomia. Não há qualquer dúvida sobre isso. São uma realidade completamente diferente.

De forma que fazer qualquer comparação ou ter qualquer discurso político tendo por base o que eram os Açores no final dos anos 70, ou até mesmo no princípio dos anos 80, não é possível fazer-se, não faz sentido fazer-se isso. É uma sociedade completamente diferente. Passámos de uma sociedade rural para uma sociedade urbana; passámos de uma sociedade de analfabetos para uma sociedade de alfabetizados. Logo isso são coisas completamente diferentes, de forma que a relação do cidadão comum com o poder político também obviamente é outra, sem dúvida. Julgo que mais exigente.

Por outro lado, a verdade é que há uma certa desilusão da parte de quem se interessa por estas questões que, com frutos, apesar de tudo tão favoráveis, o interesse do cidadão comum pelas suas instituições políticas parece ter diminuído.

Isso é preocupante, principalmente para os Srs. Deputados, que são os representantes diretos de quem vos elegeu, e para usar a linguagem tradicional, o povo açoriano. Sobre esse assunto tenho alguma dúvida que tenha sido o povo açoriano que vos elegeu, como a mim, quando me elegeu deputado, mas isso é uma questão lateral.

Primeiro parecem desinteressados em exercer a sua função, que é eleger os seus representantes, uma vez que a abstenção é de tal forma assustadora que nos interrogamos porquê, por que é que as pessoas não participam, mas por que é que as pessoas não estão interessadas em eleger os seus representantes? Há sempre nestas coisas duas interpretações possíveis: a otimista e a pessimista.

A otimista, é se as coisas estão todas bem, as pessoas estão contentes com as suas instituições, estão satisfeitas com as suas leis, estão satisfeitas com a satisfação das suas necessidades e como tal acham que não vale a pena estar a ir votar, porque está tudo bem.

A pessimista é precisamente o contrário, as pessoas estão desiludidas, estão verdadeiramente revoltadas pela fraca prestação daqueles que elegeram e acham que as suas instituições não correspondem aos seus anseios e, como tal, zangadas, não votam. O resultado é o mesmo, mas as consequências ou o pensamento sobre isto é completamente diferente.

Bom, os Açores são uma realidade geográfica e social muito complexa, para não dizer complicada.

Somos poucos, divididos por nove ilhas, com a ideia de que, a população diminuindo, a maior parte das ilhas se vai desertificando, e mesmo aquelas

que têm pouca população, a população está muito envelhecida e como tal não há perspectivas de uma renovação dessa população.

Mesmo nas ilhas ditas maiores, por ironia a Terceira, que não é das maiores, mas está incluída nas ilhas maiores, a população urbanizou-se e concentrou-se em áreas urbanas. Principalmente em São Miguel, isso é muito pesado, porque a ilha é muito grande e uma parte significativa, geograficamente falando da ilha, também está desertificada. É como se fosse uma ilha sem população.

Na Terceira isso nota-se menos, porque a ilha é redonda, e ali a Praia e Angra, principalmente no caso de Angra, que foi sempre uma cidade com uma zona suburbana, que era rural, muito grande, e que se urbanizou.

A cidade em si, verdadeiramente a cidade tradicional, não cresceu muito, mas a saída para os dois lados da cidade, e até mesmo para o norte, tornou-se urbana.

Ora, esta população tem umas exigências diferentes que tinha a velha população rural da Terceira.

O número de gente, de população, que por razões de ordem social, económica, hoje em dia depende do Orçamento Regional, é realmente enorme, não só aqueles que dependem da parte do apoio social, como pessoas que até trabalham e têm a sua independência financeira, dependem também do Orçamento Regional. Isso faz com que não haja uma classe média suficientemente independente para serem o barómetro da vida política. Isso a mim preocupa-me bastante. Depois falaremos disto se os senhores tiverem interesse nesta matéria.

A outra questão, que são as questões das instituições em si, haverá urgência numa reformulação legislativa e constitucional para que as instituições funcionem de outra maneira? Tenho alguma dúvida.

Não sou daqueles que acham que a Região tem os poderes suficientes. Acho que as autonomias políticas são obviamente expansivas, para não dizer a heresia de progressivas, porque isso foi sempre uma matéria muito controversa. Mas enfim!... Não!

Necessitam sempre de alargar os seus poderes.

Mas acho que neste momento teremos, com a Revisão Constitucional de 2004, que aliás, por insuspeitos constitucionalistas, ainda que num discurso (não sei se se lembram) do Sr. Representante da República não deixou cair que eram constitucionalistas avançados, o que os tornaria suspeitos na sua opinião.

Teria sido uma revisão Constitucional que tinha explorado o máximo que era possível do alargamento do poder político.

Bom, isto quereria dizer, ou julgo que quer dizer, das duas, uma: com esta Constituição atingimos o limite e esse limite é o suficiente para o exercício do poder político na Região; a outra hipótese é, com esta Constituição atingimos o limite, se querem mais poderes ou se acham que é necessário

mais poderes têm que ter outra Constituição. São as duas interpretações que eu tiro daqui, porque não vejo que possa haver outra questão.

Nem tudo se resolve com leis. As leis não funcionam se as pessoas não sentirem que elas vêm ao encontro dos seus problemas.

Eu acho que com as leis que temos, temos um campo ainda muito grande para explorar da montagem de um sistema político dentro da Região e para dar resposta às questões que o cidadão põe no dia a dia.

Com a Constituição que temos, temos limitações que não respondem aos anseios que as sucessivas propostas de Revisão Constitucional e acima de tudo de Revisão Estatutária apresentam, porque há questões de conflito de interesses, chamemos-lhe assim, entre a legislação regional e a legislação nacional, que não se resolvem num Estado Unitário. É uma velha questão que eu levanto.

Acho que a Autonomia, inevitavelmente, caminharia para uma solução de tipo federalista.

Quando têm falado nisto e se fala num estado federal, tenho depois ouvido um feedback, não no meu pensamento político em especial, mas quando se fala nas questões federalistas: ah, isso não pode ser, porque a República Portuguesa é suficientemente homogénea para não comportar estados federados, por exemplo, no continente.

Mas não vejo que isto seja... Eu acho que as Regiões Autónomas é que deveriam ser federadas na República, não vejo que a República tenha que ser uma República Federal. Não vamos por aí. De forma que isto seria um ponto relacionado com estas questões.

Dir-me-ão: ah, mas isso não resolve todos os problemas.

Não resolve!... Mas põe o poder político regional a um nível que dentro de um Estado Unitário ele não pode ter, nomeadamente em matérias que julgo que são importantes e que desde do início da Constituição de 76 têm também feito o seu caminho, que é o problema da partilha da soberania.

Resta saber se as Regiões Autónomas devem ou não devem ter uma parte de responsabilidade na soberania nacional ou se a soberania é realmente uma reserva da República e uma reserva da Assembleia da República na qual as Regiões Autónomas não participam. São sujeitos.

E a velha ideia, porque alguma vezes a Assembleia da República tem exercido, por isso é que ponho aqui o problema, de que, no caso de conflito, a Assembleia da República tem sempre a hipótese de decidir com nova legislação ou com nova intervenção em que a Região não tem competência, nem possibilidades de ser um parceiro. É um sujeito de obedecer à Assembleia da República.

Bom, não preciso lembrar, os senhores foram atores nessa matéria, do que aconteceu com a questão relacionada com a partilha dos interesses e das questões do mar e o Tribunal Constitucional, apesar da Revisão Constitucional de 2004, deu razão ao Governo da República.

Dir-me-ão: ah, mas o Governo da República que levantou essa questão e que pôs esses problemas já não existe, e este agora até é mais simpático e resolve o problema de outra maneira.

Fico contente que resolva, mas a questão de fundo não se resolve.

Amanhã outro Governo, ou este mesmo, muda de orientação e continuamos com o mesmo problema, não para resolver o problema do mar, mas esta questão da partilha dos poderes parece-me ser um problema central numa futura reflexão sobre estas questões autonómicas.

Acho que seria uma das matérias a ter em consideração.

Outra questão, e para terminar, para podermos ter mais tempo para falarmos: eu acho que seria também necessário vir a encontrar uma maneira de integrar no poder regional, no poder político, na responsabilidade da Autonomia política regional, a questão das autarquias.

Isso foi uma matéria que desde o princípio não foi clarificada e os municípios regionais não fazem parte verdadeiramente em termos constitucionais, nem fazem parte da arquitetura do poder político regional e agora que, nomeadamente o Sr. Presidente do Governo Regional, levantou a questão de ser necessário encontrar uma forma mais expedita de poderes executivos em cada uma das ilhas, levantando até a hipótese dos Conselhos de Ilha poderem vir a ter funções executivas, eu acho que não se deveria ir por esse caminho, mas devia-se então ir pelo caminho de uma subsidiariedade entre o poder autárquico e o poder regional. Parecia-me uma forma mais... Isso obviamente é um caso de difícil solução, pressupõe uma Revisão Constitucional e pressupõe uma reformulação de uma das bases democráticas da Constituição, que é os poderes intermédios, nomeadamente o poder municipal.

Bom, eu não queria estar a falar mais, porque certamente com o diálogo virão outras matérias, porque os senhores até já devem (os senhores e as senhoras) ter ouvido outras pessoas e têm interesse em aprofundar algumas questões. Estou à vossa disposição.

**Presidente:** Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Sr. Deputado José Contento faça favor.

**(\*) Deputado José Contento (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito obrigado ao Sr. Doutor Reis Leite... *(corte na gravação)*

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Não se preocupe com isso!

**O Orador:** Não, não! A Autonomia é maior!

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Efémeros!

*(Risos)*

**O Orador:** De qualquer maneira queria dar aqui um testemunho, se me permite.

Eu fui aluno do Sr. Doutor Reis Leite numa disciplina chamada Organização Político-Administrativa da Nação, mas também devo aqui dizer que já era contra o Estado unitário nessa altura.

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Sim senhor!

**O Orador:** Isso ficou-me na lembrança naquele período.

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Ingloriamente nessa altura!

**O Orador:** Também gostava de dizer que (já uma vez tive oportunidade de lhe dizer isso) teve um célebre debate com o meu pai, então Deputado do CDS, em que ele defendeu o Estado Federado e naquela altura essa não era uma posição muito consensual na Região Autónoma dos Açores, mas as coisas são assim mesmo e vão evoluindo.

Hoje já coloquei aqui, e tenho colocado em outras reuniões desta natureza, a questão das célebres competências partilhadas do nosso mar, que é um assunto que me interessa na parte mais, dita, científica-geológica, porque eu acho que “o bebé nasceu mal” em 2005, pela mão do Sócrates, uma vez que (e já disse aqui hoje também) foi instituída uma Comissão para extensão marítima – veja-se lá! – da plataforma continental, que é uma coisa que nós não temos em termos geológicos.

Portanto, esse assunto é um assunto que também a nós, Grupo Parlamentar do PS, preocupa e ocupa nesta dimensão, porque daqui para lá é preciso começar de algum modo a tratar desta questão de um modo avisado.

Eu já depreendi um pouco das suas palavras que essa competência partilhada deve ser o máximo partilhada a nosso favor.

Considerando que estas dimensões jurídica, política e também científica, devem constituir, desde já, uma preparação prévia para quando a ONU tomar a decisão dos 4 milhões de quilómetros quadrados, cabendo-nos a nós mais de 50% desses 4 milhões, independentemente de não se saber se as riquezas no âmbito da mineração são isomórficas em todo o território, primeiro, como é que considera essa partilha sob o ponto de vista da negociação e que posição é que a Região, na sua opinião, devia ter?

Por outro lado também, queria fazer-lhe uma outra pergunta, um pouco mais direta (e tenho feito isso também, e uma vez que nós estamos na Terceira já pus isso também aqui ao Doutor Álvaro Monjardino e coloquei ao Doutor Mota Amaral também) que é um pouco a ideia de que, sabendo-se que a FLAD só existe porque há Açores e Base das Lajes, por que não (é uma pergunta quase afirmativa) a gestão e até o domínio, no bom sentido, dessa organização pelos Açores, pela Terceira ou os benefícios serem, em primeiro lugar, para a Terceira e para os Açores?!

Portanto, é quase uma pergunta/afirmação, mas é uma coisa que faz sentido há muito tempo, nomeadamente quando percebemos quando temos que pôr

lá um representante, quase mendigamos essa situação ou então há sempre umas diatribes com os Governos da República para que se possa fazer isso. Portanto, de uma maneira muito sucinta e sem me querer alargar mais, ficavam estas duas questões: a partilha do mar e a questão da FLAD.

Muito obrigado, Sr. Doutor.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, mais alguém se quer inscrever?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

**(\*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais cumprimentar o Sr. Professor Reis Leite, que tenho sempre muito gosto em ouvir, e também colocar aqui uma questão.

Quando o Sr. Doutor afluorou aí a questão do Federalismo, da partilha da soberania, transportou-nos um bocadinho, ou um pouco, se assim posso dizer, para a questão do papel que a Região tem enquanto elemento decisivo nas decisões que nos afetam, por assim dizer.

Ou seja, os poderes que estão emanados de outros órgãos e que nos afetam a nós, não devem deixar de ter eventualmente um papel decisivo da nossa parte, enquanto interventores nesses processos de decisão.

Queria que o Sr. Doutor me pudesse explicar um bocadinho melhor qual é a sua visão deste aspeto, e em que medida é que essa nossa intervenção se deve fazer no sentido de nos fazermos afirmar naqueles fóruns onde se tomam decisões que nos afetam diretamente e que, no fundo, nos condicionam o modo de exercício dos nossos poderes, aqueles que temos, e que podemos exercer livremente?

Muito obrigado.

**(\*) Presidente:** Bom, se calhar também aproveito e junto aqui duas questões, Sr. Doutor. Tem a ver:

A primeira, extinção do Representante da República, sim ou não? Que solução para as duas competências que lhe restam, mas essas são impostergáveis para já,...

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** São duas, mas são das pesadas!

**O Orador:** ... que é a nomeação quer do Presidente, quer dos Membros do Governo, sobretudo do Presidente do Governo, e quer sobretudo a fiscalização preventiva das normas regionais?

A segunda é: o Doutor Reis Leite referiu a questão da abstenção, que independentemente de haver alguma abstenção técnica a verdade é que a abstenção real será, com certeza, sempre, mais elevada do que aquilo que nós gostaríamos, e sobre isso não pode haver também qualquer tipo de dúvida.

A questão é, que fazer? Ou seja, que soluções é que o poder político, seja através de alterações ao sistema eleitoral, ao sistema político, às formas de participação, de decisão, pode adotar no sentido de tentar inverter esses sinais e essa realidade que temos todos naturalmente por negativa?

Sr. Deputado Alonso Miguel, faça favor.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, saudar o Doutor Reis Leite e colocar uma pergunta que coloquei já ao Doutor Álvaro Monjardino, que me parece pertinente.

Vem na sequência da questão da abstenção e prende-se também com o facto dos Açores terem pouca gente e terem pouca massa crítica, e que muitas vezes isso é agudizado com o facto de haver alguma, ou muita (depende das opiniões), subsidi dependência.

Há pouco o Doutor dizia que havia muita gente dependente do Orçamento Regional.

Há pouco também dizia o Doutor Álvaro Monjardino que esta já é uma questão cultural.

Eu gostaria de saber se concorda que é uma questão cultural e que em termos práticos como é que se pode mudar uma coisa que já é cultural? Como é que se pode começar a dissolver um bocadinho este problema de forma a haver uma participação e interveniência muito maior, que nos permita ter aqui um contexto completamente diferente do que temos atualmente?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado.

Creio que já há matéria para entretenimento, Sr. Doutor.

(\*) **Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino:** Tudo perguntas inocentes.

**Presidente:** Exato!

*(Risos dos Deputados da Comissão)*

**O Orador:** Temos aqui um mar de questões. Não sei como é que vamos sair desta questão. Talvez é uma coisa fácil.

Eu, se bem me lembro, nos idos de 1972, ou coisa que o valha nesta questão da Organização Político-Administrativa do Estado, o problema (se me lembro bem!), além do problema do Estado unitário, era sempre entre o Estado e a Nação.

**Presidente:** Sim, sim!

**O Orador:** Aquilo definia-se: o Estado era a Nação politicamente organizada, o que queria dizer que não havia Nação para além do Estado e não havia Estado para além da Nação. Isso era uma coisa que me fazia muita confusão, mas hoje em dia também não se põe. A Nação é uma coisa e o Estado é outra.

Havia muita gente que tinha essa ideia em 1972 e tem hoje em dia, se bem que mais reduzido, que não se importariam de ser membros da Nação Portuguesa, mas não queriam ser subordinados ao Estado Português. Essa é que me parecia ser a questão.



Hoje em dia como estamos reduzidos a dois arquipélagos e ao Continente, o problema só se põe em relação a esta matéria. Bom, mas isso é uma história passada.

O problema do mar. Eu não tenho dúvidas nenhuma que os Açores têm que adiantar-se nesta matéria e esta matéria passa por uma questão política, mas também passa por uma questão de estudo. Nós temos todos a urgência em saber que mar é que temos.

Lembro-me que em 1978, ou talvez antes disso, apareceu um pequeno livrinho que foi escandaloso na altura, que era do Visconde Botelho, que era especialista nestas matérias do mar. O livro chamava-se "O mar patrimonial dos Açores". E levantou uma tempestade, porque já então se pretendia que a realidade da Região Autónoma fosse o território das ilhas e que o mar não pertencia a esta Região. Era uma Região sem mar, no meio do mar, mas sem mar.

Hoje em dia julgo que isso já não é bem assim, evidentemente. O mar faz parte... Mas o mar é para ser partilhado com o Estado.

Ora, não tenho dúvidas que a Universidade e o nosso Departamento para isso – agora é Faculdade – preparado, tem que se pôr à frente e tem que acelerar o conhecimento efetivamente do que é o mar dos Açores, porque continuamos a falar em riquezas incalculáveis, mas não sabemos o que são, como é que se usufrui delas.

Bom, quanto à partilha, a questão, no fundo, parece-me ser esta: tem que ser uma partilha entre iguais, porque o problema que se levantou e que se levanta – levanta-se com esta e levantar-se-á com outras questões – é quando se fala de questões partilhadas com o Governo Central, há um Governo subordinado que dá os pareceres que entende, expõe os seus propósitos, mas no fim não havendo consenso predomina uma das soluções.

Ora, é esta questão que me parece que não é partilha. É diferente e por isso é que acho que o problema constitucional e do Estado unitário está afinal ligado a isto, a este caso que estamos agora falando, mas em muitos outros isto pode surgir, nomeadamente em questões relacionadas com benefícios da União Europeia, ou com a FLAD.

A história da FLAD é exemplar para isto. Essa eu conheço-a relativamente de perto, porque fiz parte (era eu o Representante dos Açores) do Acordo da Base das Lajes que criou a FLAD.

Na altura, pusemos (quer dizer, pôs a Região) dúvidas sobre esta instituição, porque se percebeu que isto era uma fundação paralela ao acordo, mas que estava desligada dos Açores.

Lembro-me de dizer – porque ele falou nisso – que para ter um representante dos Açores na Administração foi preciso que esse representante viesse fazer uma declaração pública de que não era representante dos Açores, era um membro da administração da FLAD.

Acho que está tudo dito, de forma que acho que com a FLAD o melhor é não contarmos e dizer como é que a partir de uma certa altura a FLAD ficou sem financiamento. Na altura o financiamento da FLAD foi feito de uma forma, eu diria, inaceitável. Não era inaceitável, porque ele acabou por ser aceite, mas o então Primeiro-Ministro, na altura era o Professor Cavaco Silva, retirou uma parte significativa da última tranche daquelas vantagens financeiras do acordo, para financiar a FLAD, não deixando morrer a FLAD. Se me diz, mas pode-se reverter a FLAD e agora passá-la para uma instituição ligada aos Açores, com sede nos Açores e com vantagens preferencialmente sobre os Açores?

Bom, tudo é possível, mas não creio que isso seja muito fácil de se conseguir. Não estou a ver vendermos o Palacete de Lisboa e comprarmos ali uma casa na Praia, mas enfim.

Acho que sim. Isto nasceu torto e não vejo que tenha... Aliás, hoje em dia a FLAD não é verdadeiramente uma...

A FLAD nasceu para ser uma nova Gulbenkian, mas a verdade é que nunca passou de um palácio em Lisboa, com grandes coleções de arte, mas verdadeiramente nunca teve intervenção, nunca cumpriu a função que tinha, que era encontrar mecanismos para o desenvolvimento da ciência e dos interesses de Portugal e dos Estados Unidos. Quer dizer, foi um "flap". No lugar de uma FLAD foi um "flap". Não posso dizer mais nada.

Voltando ao problema do equilíbrio dos poderes, há coisas que nunca encarreiraram. Esta ideia de que as ilhas dos Açores e da Madeira, que é o que interessa agora para o caso (as Canárias talvez se queixam desse mesmo mal, mas com o mal dos outros podemos nós bem), quando se tomou a decisão política de transformar estas ilhas (e não as Regiões Autónomas, mas as ilhas) em regiões ultraperiféricas da Europa, eu interrogo-me o que é que isto quer dizer?

Bem sei que a decisão é tomada em relação à Europa Continental, digamos assim, mas as ilhas atlânticas, do Atlântico Norte, não são ultraperiferia da Europa. São os limites da Europa e no Oceano Atlântico são a centralidade do oceano.

Dir-me-ão: ah, mas isto em termos práticos beneficia os orçamentos e as disponibilidades europeias em relação às ilhas.

Bom, não se tem visto também essas grandes vantagens, mas temos sempre que as partilhar com (essas sim!) ilhas que não são europeias e são mais do que ultraperiferia, porque ficam lá no outro lado do mundo e são, no fundo, resquícios dos colonialismos europeus. Também espero que os Açores e a Madeira não sejam.

Eu acho que a Madeira e os Açores foram colónias, mas foram colónias de povoamento e não verdadeiramente colónias de domínio. Não tinha nada para dominar, a não ser que houvesse os tais habitantes anteriores aos portugueses, mas julgo que não havia, e se houvesse tinham feito o que

fizeram aos da Europa, tinham-os escravizado e tinham-os vendido e tinha ficado o caso resolvido. As ilhas ficavam desertas à mesma.

De forma que estas questões deste equilíbrio dos poderes é fundamental e nós devíamos ter, com o poder central e com o poder europeu, uma ou outra postura, porque podíamos partilhar os poderes como europeus e não verdadeiramente como tolerados da Europa.

Acho que isto é um ponto importante que se liga também com esta questão da partilha do mar, porque o mar é açoriano, é português e europeu. É para partilhar também com a Europa, como já tem sido até agora. O problema das pescas é claro.

Outras questões que aqui se põem relacionadas com esta questão, questões mais concretas: extinção do Representante da República.

A extinção do Representante da República em si não é uma questão. Assim como se extinguiu o Ministro da República, também se extingue o Representante da República.

O problema que se levanta, e levanta muito bem o Sr. Presidente, é com os poderes que o Representante da República tem.

A nomeação do Presidente do Governo, hoje em dia é um poder...

**Presidente:** Só é importante em caso de não haver maioria absoluta!

**O Orador:** Não haver maioria absoluta. Aí é que poderia levar, mas mesmo assim está subordinada à decisão do Parlamento. As outras são a fiscalização e acima de tudo o veto político. O veto político é que é a afronta. É um poder.

**Presidente:** Agora chamam-lhe jurídico!

**O Orador:** Está bem, mas no fundo é um veto político. Formalmente é um veto político.

**Presidente:** Formalmente é um veto político (desculpe, só para a gente se lembrar) e teve a ver com as famosas touradas picadas.

**O Orador:** Touradas picadas.

**Presidente:** Aliás, não foi político, foi de gaveta.

**O Orador:** Foi de gaveta. Também é uma forma, mas é um desprestígio para a Assembleia.

**Presidente:** Exato!

**O Orador:** Meter na gaveta e não assinar um Decreto da Assembleia, não sei se não é uma afronta maior do que tomar uma decisão política.

**Presidente:** Sim, sim. Exato!

**O Orador:** Isto faz de conta que nunca existiu.

Tenho pensado nisso. Eu por mim, assim à primeira vista, parecia-me que a solução era passar para o Presidente da República.

Nós elegemos o Presidente da República, o Presidente é presidente de todos. Assim como toma decisões em relação ao Governo da República, também toma decisões em relação à Assembleia Regional.

Mais difícil em relação ao Governo Regional, porque o Governo da República responde perante o Presidente da República e o Governo Regional

não responde. Aí estamos em vantagem. Temos uma solução mais parlamentarista que verdadeiramente o Governo nacional. Mas mesmo assim acho que seria a forma mais prática.

Tenho ouvido e tenho lido vários constitucionalistas de que isso é a solução mais difícil, porque vai mexer com o equilíbrio dos poderes e vai mexer com os poderes dos Presidentes da República.

Certamente já perceberam que assim que são eleitos a primeira coisa que declaram é que os poderes que têm são suficientes e que não querem mais. De forma que aquilo faz parte, é uma praxe. Admito que sim.

Pois têm aparecido outras soluções sobre as quais eu não tenho grande simpatia. Uma delas é a eleição de um Presidente dos Açores, parece-me assim uma coisa um pouco excessiva.

A outra é ainda pior do que esta, que é umas comissões técnicas muito complicadas, presididas pelo Presidente da Assembleia.

Dá-me a impressão que nos vamos meter aí numa grande... De uma coisa tenho a certeza: gostaria de ver extinguir o cargo de Representante da República.

Como é que se resolve estes dois poderes que ele tem? Não tenho remédio!

*(Risos dos Deputados da Comissão)*

Não vejo onde é que se pode ir buscar um remédio para isto.

O problema da abstenção. Aqui, o Sr. Presidente, deixou cair uma interpretação: ela é alta, mas não é tão alta como a pintam. Há uma abstenção técnica, uma coisa assim... Mas mesmo assim é muito alta.

**Presidente:** Sem dúvida!

**O Orador:** Alguma coisa tem que ser feita para isto. Tenho ouvido de que ela é muito alta, porque a concentração dos poderes numa ilha só e a transformação de uma ilha numa espécie de terra privilegiada em que as outras são adjacentes, prejudica o interesse dos açorianos pelas suas instituições e por isso não votam, mas isso só seria verdade se a abstenção em São Miguel não fosse alta, mas como a abstenção em São Miguel também é muito alta, acho que não é por aí que vamos.

Agora, é uma questão cultural, parece que disse aqui o Doutor Monjardino. O Doutor Monjardino tem essa ideia e acho que ele tem razão. Evidentemente é sempre uma questão cultural, mas soluções para uma questão cultural, que passarão, enfim, pelo ensino, pela melhor qualidade do ensino, pela melhor formação dos cidadãos, pela consciência política que o cidadão tem, que no fundo é que é o decisor, é que é o soberano, mas isso leva gerações a fazer.

Temos é que encontrar uma solução imediata (não é?). Enquanto não temos os cidadãos ideais, temos que encontrar uma solução para que estes que temos participem. Também não tenho muitas ideias.

Os que são pouco parlamentaristas dirão que é a qualidade dos Deputados que tem que ser melhorada, mas também para arranjar Deputados muitos bons talvez seja preciso mais uma geração e depois o problema que temos com os cidadãos incultos.

**Presidente:** Nunca ninguém fala na qualidade dos executivos!

**O Orador:** Não! Os executivos como dependem dos Deputados, e é suposto que os Deputados podem pôr os executivos na rua quando quiserem...

*(Risos dos Deputados da Comissão)*

**Presidente:** Teoricamente é assim!

**O Orador:** ... (teoricamente!), obviamente eles são irresponsáveis.

É verdade que até para o cidadão comum a prestação dos executivos é bem mais visível...

**Presidente:** Com certeza!

**O Orador:** ... e bem mais sensível do que a dos Deputados. Os Deputados são uns senhores simpáticos e umas senhoras simpáticas,...

**Presidente:** Que só falam!

**O Orador:** ... que só falam ali e que dizem às vezes umas coisas acertadas e outras menos acertadas, e que a televisão, regra geral...

**Presidente:** Normalmente transmite as menos acertadas!

**O Orador:** Não! Eu ia dizer, amplia a menos acertadas e cala as mais acertadas.

Eu sempre tive muita dúvida e acho que o Parlamento Inglês, que é a "mãe" de todos os Parlamentos, sabiamente nunca gostou muito de, não é notícias, é muitas imagens selecionadas do que se passa no Parlamento.

Havia duas regras. Parece-me que uma delas já não funciona, porque eu vejo de vez enquanto os Srs. Deputados também no Parlamento inglês com um papelinho na mão, mas antigamente ninguém podia ler discursos no Parlamento. Aquilo tinha que ser dito.

A outra, era que não havia imagens, mas as duas estão em crise e já há imagens...

**Presidente:** Mas as imagens também costumam ser ali um bocado desse tipo.

**O Orador:** Regra geral é quando eles brigam uns com os outros é que aparece a imagem, mas também não é por acaso que aquela Mesa que fica no meio tinha a largura de duas espadas, que era para eles não chegarem de um lado ao outro. Os Parlamentos são todos iguais.

De forma que não sei. Também não vejo como é que há soluções.

Poder-se-ia ensaiar várias formas políticas que os cidadãos se sentissem mais ligados aos seus representantes. Passaria por listas que fossem da escolha dos próprios eleitores e não verdadeiramente serem só dizer sim ou não a uma

lista que lhes é dada. Era uma hipótese possível, a formação das listas, mesmo as partidárias,...

**Presidente:** As chamadas as listas abertas!

**O Orador:** ... as chamadas listas abertas ou primárias, se quisermos assim, terem uma auscultação diferente que não passasse só pelos partidos.

Tem se falado muito num eventual sistema de duas câmaras. Uma delas seria paritária de todas as ilhas, fossem grandes ou pequenas (penso que se passa nos Estados Unidos, salvo a comparação, evidentemente).

**Presidente:** Uma espécie de Senado!

**O Orador:** Sim. Uma espécie de Senado, ou um Senado em que Senadores representavam a sua ilha e eram em número igual. Isso aliviava o problema da câmara dos representantes que poderia ter então uma representação mais proporcional do que aquela que tem.

Quando se montou a Assembleia Legislativa Regional, ou o Parlamento, como se diz vulgarmente, a ideia era de que os círculos seriam sempre de ilha (há ainda aqueles que se lembram destas coisas, ou aqueles que se interessam pela história das instituições).

O primeiro a temer a desavença que houve entre o proto-Governo Regional e o Governo Central, foi precisamente sobre os círculos eleitorais, que tinham aparecido numa primeira versão do Estatuto como círculos municipais e depois foram corrigidos para círculos de ilhas.

Mas esse problema levantou-se sempre em relação à proporcionalidade, porque para ir a dois extremos, o Corvo está super-representado, uma vez que tem sempre dois deputados, e São Miguel está infimamente representado, porque tem mais de metade da população e tem um número muito reduzido de Deputados.

Bom, dentro desta solução não há... A câmara ou se distorce, e em termos teóricos poderia arranjar uma representação um pouco mais equilibrada aumentando os Deputados das duas ilhas que ainda tem mais população e manter os outros só em dois, mas com números de Deputados relativamente curtos faz com que as maiorias depois do Governo possam ser também falseadas. Também não é uma matéria mais complicada.

A questão das duas câmaras, a mim não me repugnaria, mas o número de eleitos também não podia crescer mais do que aquele que já é. Tínhamos era que dividir aqui as coisas. Não sei.

Também não tenho assim uma ideia, nem me parece que esta receita seja uma receita com garantia de êxito. Podíamos ir para uma receita deste género e termos no fim os mesmos problemas que temos agora, que é o problema da abstenção, o problema das pessoas se sentirem com pouca vontade de participar.

Não tenho assim uma ideia muito clara. Não me desagradava a existência de um Senado. Talvez fosse uma experiência a tentar, e talvez uma experiência

mais frutuosa do que esta de um círculo regional que abrange todos os votos, os votos perdidos. Divide os Deputados em duas categorias.

Era mais fácil então um Senado um círculo mais alargado de listas abertas, por exemplo. Era uma experiência diferente.

Bom, mas nestas matérias políticas fazer experiências ao vivo, por uma legislatura, tem sempre os seus perigos, mas é uma reflexão que fica.

Julgo que estas são as questões que de uma forma geral... Se alguma coisa ficou para trás e que queiram...

**Presidente:** Creio que não.

Assim sendo, resta-me naturalmente e uma vez mais agradecer a sua presença...

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Obrigado eu,...

**Presidente:** ... o seu contributo...

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** ... pela paciência de me ouvir.

**Presidente:** É sempre um testemunho naturalmente interessante, com as suas opiniões e sobretudo com um conjunto de experiência vivida numa altura fundadora deste processo autónomico, o que não deixa também sempre de ser muito enriquecedor.

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Mas é ótimo hoje em dia dar parecer, porque já não tenho responsabilidade.

*(Risos dos Deputados da Comissão)*

**Presidente:** Verdadeiramente liberto.

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Liberto, isso mesmo.

**Presidente:** Até sempre, Sr. Doutor.

**Dr. José Guilherme Reis Leite:** Obrigado. Srs. Deputados, muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos interromper para almoço.

Até já.

*Eram 13 horas e 15 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo orador

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco

